

PROJETO DE LEI Nº _____/____

(Da Sra. Deputada MARGARIDA SALOMÃO e do Sr. Deputado ENIO VERRI)

Cria o Auxílio Emergencial Pecuniário para pessoas cadastradas junto ao regime MEI – Microempreendedor Individual -, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006, enquanto perdurar a vigência da Lei 13.979/2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica criado o Auxílio Emergencial Pecuniário, destinado a pessoas cadastradas junto ao regime de MEI – Microempreendedor Individual -, regulados pela Lei Complementar 123/2016, e que cumpram os requisitos exigidos por esta Lei, enquanto perdurar a vigência da Lei 13979/2020, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Inclua-se art 3º-A e art. 7º-A na Lei 13.979, de 2020, com a seguinte redação:

Art. 3º-A Farão jus ao auxílio emergencial pecuniário, no valor de um salário mínimo mensal, às pessoas registradas no regime de MEI - Microempreendedor Individual -, regido pela Lei Complementar 123/2006, que tenham auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até 24.000,00 (vinte e quatro mil

reais), independente de estarem submetidos a medidas de isolamento ou quarentena de que trata esta Lei.

Parágrafo único: A comprovação da receita bruta exigida no caput será comprovada através da Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN-MEI) do ano-calendário anterior.

.....

Art. 7º-A Os recursos necessários ao atendimento do previsto no art. 3º-A correrão por conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), regulamentado pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e de recursos oriundos da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2020

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa criar um mecanismo de proteção aos trabalhadores que aderiram ao regime MEI - Microempreendedor Individual - para que os mesmos possam receber um auxílio emergencial peculiar durante vigência da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, *que prevê medidas para enfrentar o surto de corona vírus*.

Declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, o surto de corona vírus tem estimulado a criação de medidas por parte de diversos governos que visem proteger os cidadãos do mal causado pela doença. As tendências mundiais e brasileiras apontam para um crescimento do número de pessoas contaminadas, de ocupação de leitos hospitalares e de mortes.

Neste sentido, além de todas as medidas necessárias no que diz respeito às ações da área da saúde, salientamos também que a crise econômica ao qual o Brasil atravessa pelas medidas equivocadas tomadas pelo Governo Federal certamente se intensificará nas próximas semanas. Por isso é fundamental oferecer medidas protetivas as mais diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

O regime MEI surgiu como uma proposta de formalização dos trabalhadores, e hoje tem mais de 8 milhões¹ de trabalhadores cadastrados. Entre o perfil dos MEI's, segundo SEBRAE², as principais categorias cadastradas são de prestadores diretos de serviço, como cabeleireiros, manicures, vendedores de acessórios e roupas, prestadores de serviços domésticos e outras tantas ocupações que certamente serão atingidos pela recessão econômica que aumentará com o surto de corona vírus.

Importante ressaltar que a atual epidemia, do ponto de vista social econômico, não traz prejuízos apenas às pessoas que estão submetidas ao isolamento e a quarentena. Com a implementação de medidas de diminuição da circulação de pessoas e home office, o comércio e prestação de serviços prestados pelos cidadãos registrados no MEI caem significativamente, ocasionando dificuldades financeiras para esses trabalhadores. Portanto, o auxílio emergencial pecuniário proposto no presente projeto visa atender as pessoas registradas no MEI, independente de estarem submetidas ao regime de isolamento ou quarentena.

Ainda de acordo com o SEBRAE, no ano de 2019, 78% dos trabalhadores declarou ter migrado ao MEI depois de mais de três anos na informalidade. Quando perguntados se existe outra fonte de renda no seu orçamento, 76% dos trabalhadores apontam os recursos oriundos do seu orçamento são exclusivamente do seu empreendimento registrado junto ao regime MEI.

¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/pais-ja-tem-81-milhoes-de-microempreendedores-formais-veja-atividades-em-alta-entre-meis.ghtml>

² <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/#infografico>

Portanto, por entender que esta categoria de trabalhadores será diretamente atingida, e por entender ser papel deste parlamento proteger seus cidadãos, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposta.

MARGARIDA SALOMÃO
DEPUTADA FEDERAL PT/MG

ENIO VERRI
DEPUTADO FEDERAL PT/PR